



## A IDENTIDADE REGIONAL E O TERRITÓRIO EM DEBATE: A AUSÊNCIA DA PRESENÇA INDÍGENA

Bruna Anacleto<sup>1</sup>

### Resumo

Esta análise busca entender a resistência e permanência da população indígena kaingang no Rio Grande do Sul, após a colonização. Visando contribuir no estudo da história regional sobre as consequências desses conflitos, destacando possibilidades de se ler o mesmo a partir da conformação territorial. Esta análise busca entender o processo de formação territorial brasileiro, concentrando-se no Rio Grande do Sul, em relação à população indígena sobrevivente após a colonização. Busca-se compreender os mecanismos de modernização, que desembocaram nos conflitos territoriais atuais, colocando grandes proprietários de terras e corporações frente a frente aos vários grupos indígenas e agentes sociais à eles vinculados. Visa uma contribuição dos estudos da história regional sobre a questão, que delineiam pressupostos para entender os conflitos, destacando possibilidades de se ler o mesmo a partir da dinâmica territorial. Na qual são produzidos novos sentidos em relação à cultura, a ausência, a presença e a permanência indígena nos territórios.

**Palavras-chave:** Identidade; Território; Indígenas.

### Abstract

*This analysis seeks to understand the process of Brazilian territorial formation, concentrating in Rio Grande do Sul, in relation to the indigenous population surviving after colonization. It seeks to understand the mechanisms of modernization that have led to current territorial conflicts, placing large landowners and corporations face to face with the various indigenous groups and social agents linked to them. It aims at a contribution of regional history studies on the issue, which outline assumptions to understand the conflicts, highlighting possibilities of reading the same from the*

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo - UPF. Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo – PPGH/UPF. Bolsista CAPES. E-mail: [113045@upf.br](mailto:113045@upf.br).



*territorial dynamics. In which new senses are produced in relation to the culture, the absence, the presence and the indian permanence in the territories.*

**Keywords:** *Identity; Territory; Indigenous.*

O Rio Grande do Sul, em especial a região norte do estado, devido ao processo histórico de formação da sua territorialidade, tendeu a concentrar boa parte da população indígena também expulsa de outras áreas ocupadas, que visava consolidar o domínio territorial do Estado e a formação da identidade nacional brasileira. Atualmente, devido a expansão das áreas agrícolas, da intensificação pecuarista, do plantio extensivo da soja, assim como da exploração madeireira, evidenciou-se a tensão entre os interesses da grande produção econômica e a tentativa de demarcação dos territórios tradicionais indígenas, especialmente dos grupos caingangues, em particular no Planalto Médio.

Diante de tais fatos, assim como pela proximidade desses conflitos com os centros urbanos, possibilitou-se pensar, quais seriam os aspectos conceituais com os quais a linguagem histórica poderia abordar essa questão, na direção de se ampliar os sentidos produzidos em relação à identidade territorial, indubitavelmente como uma consequência destas análises.

O referencial cultural europeu, ao qual nossa sociedade está vinculada carrega em si um grande estranhamento em relação às demais culturas nativas do continente sul-americano, contudo, a partir dos referenciais teóricos aqui adotados, tentaremos analisar alguns fenômenos decorrentes e construídos pelo modelo de sociedade ocidental no contato com outras culturas, como no caso os caingangues percebe-se que esse encontro pode contribuir para reavaliarmos nossos referenciais conceituais, apontando outras possibilidades de entendimento da dinâmica territorial, capazes de vislumbrar outras interpretações, seja na escala local da região de conflito ou seja em nível nacional e/ou grupos culturais latino-americanos.



Perante tal perspectiva, tentaremos inicialmente estabelecer um breve diálogo sobre como está sendo gestada a questão da identidade cultural a partir de dada espacialidade em que se expressa o conflito e a luta pelo domínio do arranjo territorial por nós estudado, verificando as perspectivas a partir das quais os conflitantes reconhecem o outro e a si mesmos nesse processo.

A formação da identidade cultural através do “outro”, tendo a cultura ocidental como nosso referencial de formação e leitura de valores societários, podemos sistematizar as abordagens dualistas sobre a questão da identidade, a partir do conflito de interesses e formas de uso da terra na porção norte do Rio Grande do Sul.

De um lado, temos os fazendeiros que contam com apoio de parte significativa da mídia e dos vínculos políticos institucionalizados para consolidar a leitura, segundo a qual, as terras não podem ser demarcadas como reservas indígenas, mas exploradas economicamente para aumentar a riqueza da região. De outro, encontramos os indígenas, com apoio de parcelas de não indígenas (pesquisadores, ONGs, movimentos sociais), que reivindicam a demarcação de terras como forma de proteger as condições e modos de vida da população indígena, nesse caso caingangue, historicamente perseguida em nome dos determinantes econômicos do grande mercado.

Delimita-se assim, no imaginário coletivo, as formas como se idealiza a leitura dos indígenas, ou seja, como selvagens ignorantes e atrasados ou como expressões da natureza pura, ingênuos e indefesos perante as forças do capitalismo. Ambas as leituras desembocam na caracterização dos indígenas como seres quase não humanos, que devemos eliminar ou preservar, pois são incapazes de se autodeterminarem.<sup>1</sup>

Da tensão de perspectivas, emergem imagens simplificadas das partes envolvidas, as quais se articulam em discursos delineadores de modelos representacionais que legitimam fatos, ao mesmo tempo em que tornam ausentes muitos dos elementos constituidores desse conflito.



Ler os indígenas como algo uniforme, harmoniosos com a natureza, ingênuos, quase crianças em sua pureza, é elaborar imagens que tornam ausentes a complexidade de elementos que permeiam as relações entre os mesmos, entre os outros e o imaginário individual e coletivo.

Contudo, essa forma de representar os indígenas aponta para a necessidade de uma compensação após tantos séculos de destruição de seus valores culturais e perdas de seus territórios, os quais são fundamentais para manter o modo de vida existente desde antes de Colombo chegar à América.<sup>2</sup>

Quem assim lê os indígenas, representa os proprietários como aqueles que, secularmente, contaram com o apoio das estruturas estatais para perpetrarem um novo padrão de uso do território, que se pauta na exploração maximizada dos recursos naturais, assim como de acumulação, sempre crescente, nas mãos de poucos, da riqueza produzida por grande parcela da população explorada em sua força de trabalho. Tal desdobramento simbólico consolida os fatos quanto ao sentido da demarcação de terras na região.

Por outro lado, as imagens elaboradas por aqueles que se identificam com os discursos enunciados pelos proprietários rurais também expressam essa dubiedade representacional, entendem suas ações como necessárias para ampliar a riqueza do estado, criando novos empregos e dinamizando a economia local, produzindo alimentos e permitindo melhores condições de vida para um conjunto maior da população.

Como a discussão sobre essa questão geralmente se dá pela perspectiva dos não indígenas, a solução perante esse impasse de leituras e objetivos acaba sendo a de se tomar o outro, no caso os indígenas, como: ou atrasados que precisam se incorporar aos novos padrões culturais do modo de vida tecnológico dos civilizados urbanos ou como um grupo cultural injustiçado que precisa ter seu modo de vida tradicional preservado em relação ao danoso contato com os brancos.



Os indígenas são, portanto, padronizados e anulados em suas singularidades e especificidades para mais facilmente serem representados como o diferente, distante de uma lógica atual ou passível de representação por si, que podemos eleger como o “outro”.<sup>3</sup>

Tal classificação permite-nos encaixá-los em nosso referencial de leitura, em nosso imaginário individual ou coletivo que nos identifica como os que se encontram “do lado de cá” em relação àqueles grupos e indivíduos localizados “do lado de lá” dos limites fronteiriços de ideias de normalidade civilizatória.

Quando estabelecemos essa classificação de identificação, os do lado de lá passam a ser nosso objeto, o qual pressupõe um sujeito, ou seja, nós. Enquanto sujeitos, tomamos os indígenas como objeto de nossas preocupações e estudos, permitindo assim nos relacionar com eles por meio do ataque ou da defesa do modo de vida, do padrão cultural inerente aos mesmos.

Esta forma de entender o outro se fundamenta em dois aspectos que se complementam. O primeiro é o sentido de tempo histórico; o segundo é o da construção da ideia de identidade nacional sob um mesmo Estado.

O primeiro aspecto leva a uma abordagem de tempo histórico dinâmico. Esse entendimento de tempo é elaborado a partir da percepção da sociedade moderna ocidental, desde as grandes navegações, de que seu movimento é um contínuo avançar de causa e efeito rumo à consolidação das estruturas do mercado, da tecnologia, da lógica da vida urbana e da realização societária fundada na legalidade institucional das relações político-democráticas atuais.

Perante tal linha dinâmica da história contemporânea, resta aos indígenas, que resistem a essa lógica temporal, integrarem-se ao mesmo padrão para não serem eliminados e esquecidos. Para os que anseiam defender a diversidade cultural, assim como a necessidade de se respeitar os diferentes modos de vida, a solução frente a essa



linha uniformizadora de tempo é criar espaços em separado, nos quais esse sentido temporal possa ser compreendido, permitindo, assim, preservar culturas que não mudem, mas se cristalizem e se eternizem em seus referenciais próprios.

Desta feita, tanto a marginalização de grupos estranhos a esse padrão temporal, quanto a possibilidade de isolar os mesmos para preservar sua temporalidade complementa-se com a ideia de tempo retilíneo e uniformemente evolutivo. Nele encontramos a consolidação do desenvolvimento temporal na realização do Estado moderno, o grande administrador do território, que deverá ser lido e aceito pela diversidade de grupos sociais, localizados no seu interior, como uma instância que historicamente lhes pertence, da qual fazem parte, edificando assim uma identidade comum, uma “identidade nacional”.

A efetivação de tal identidade nacional leva a “nós”, formadores dessa nação, eleger como o “outro” todo aquele que resiste aos mesmos valores culturais eleitos como padronizadores de nossa chamada “brasilidade”. Caso o “outro” não queira ser um de “nós”, necessariamente será eliminado. A alternativa a essa solução genocida é apresentada por aqueles que lutam para compensar as injustiças e tragédias perpetradas historicamente em nome da consolidação do nosso Estado sobre o conjunto do território nacional.

Para não destruir essas culturas, que aqui já se encontravam antes da vinda dos colonizadores europeus e escravos africanos, é necessário garantir institucionalmente as condições básicas de seus modos de vida próprios. Essa garantia se dá através da demarcação de seus territórios e proteção dos mesmos por meio de um Estado democrático e respeitador da diversidade.

As respostas, portanto, caminham por pares. Pela perspectiva dos detentores do poder econômico e midiático, tem-se a incorporação/eliminação do “outro”; o caminho alternativo se dá pela conservação/separação do “outro”. O que ambos os pares denotam



é a delimitação de um “outro” distante e estranho em relação a “nós”, tornando-o objeto de nossas preocupações, devendo ser eliminado ou isolado.

O risco dessas duas perspectivas é esquecer que o sentido de tempo nunca é uniforme, mas múltiplo, portanto não existe um tempo padrão capaz de delimitar o nível de evolução de uma sociedade por meio de comparação entre quem se encontra mais atrasado em relação ao nosso referencial; mesmo que nossa sociedade possua tecnologias consideradas mais sofisticadas do que aquelas dos povos indígenas, não há como estabelecer comparações a partir de nossa perspectiva majoritariamente praticada, pois são diferentes formas de encarar o sentido e a vivência do tempo.

Complementar a essa leitura de inviabilidade de um padrão temporal único, encontramos a impossibilidade de isolar no espaço uma cultura para que ela possa vivenciar seu ritmo temporal próprio, já que toda cultura se faz por transformações, contatos, tensões e mudanças.

A mesma observação, com as devidas adequações, se aplica ao sentido de identidade nacional. A ideia de identidade nacional não foi naturalmente gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência como um “fato da vida auto evidente” conforme aponta Bauman (2005, p. 26.), mas foi construída modernamente a partir de forças e interesses que permeavam a consolidação da atual organização territorial hegemonicamente praticada.

No caso da sociedade brasileira, esta foi formada a partir de uma miscigenação, hibridização, ou seja, somos um povo que surgiu de uma grande confluência entre diversas etnias, no entanto, com a consolidação do Estado sobre a diversidade territorial, a imagem de nossa identidade tendeu a estabelecer modelos representativos que visam uniformizar essa diversidade.



Diante dessas imagens de homogeneização das diferenças culturais e temporais, o sentido de identidade nacional, no caso específico da sociedade brasileira, tendeu a eleger determinadas imagens padronizadoras de caráter identificatório.

Nessa igualação da diferença, o papel do índio foi relegado a uma instância outra, estranha a esse conjunto identificatório. A consequência disso foi que os grupos indígenas, notadamente os que resistiram ao contato com os valores culturais da sociedade brasileira, foram considerados selvagens, eram os “outros”, os estranhos em relação a “nossa” identidade nacional.

Eliminando ou isolando as culturas indígenas a partir de uma noção de tempo uniforme e unidirecional, assim como da leitura de um único arranjo espacial decorrente da somatória de suas partes no conjunto do Estado-Nação, consolida-se a abordagem dicotômica com que se lê a realidade. Essa leitura se pauta na busca por uma solução da questão do “outro” tendo como princípio o distanciamento e o decorrente estranhamento do mesmo; ao delimitarmos de forma generalizante a imagem que fazemos do “outro”, acabamos por também criar uma representação vazia a expressar o grande desconhecimento de quem realmente somos “nós” nesse processo, segundo

A busca do sentido de identidade nesse contexto torna-se bastante problemática. A insistência na ideia de identidade cultural a partir da relação dicotomizada entre o sujeito, “nós”, em relação ao objeto, os “outros”, não permite que saíamos do vício de efetivamente não reconhecermos a leitura territorial que os indígenas fazem e que pode estabelecer contato com nossos referenciais sem que isso signifique a perda de seus parâmetros identitários, mas também não se traduza em imutabilidade cultural.<sup>4</sup>

Entendemos que, para melhor nos posicionarmos nessa questão, devemos deslocar a atenção da relação da identidade a partir do determinante cultural para o sentido propriamente da territorialidade em que esta acontece. Contudo, esse deslocar significa não restringir a discussão da identidade a partir da organização discursiva que





estabelece a cisão entre o “nós”, sujeitos do discurso, frente aos “outros”, o objeto de nossos discursos.

### **O território na elaboração da identidade a partir do outro**

A incorporação da cultura indígena aos padrões identitários do não indígena urbano leva à ideia de uniformidade de sentido de tempo e de espaço, que nas condições próprias das relações humanas não são nada uniformes. A tentativa de isolamento e preservação de uma cultura em uma parte separada do território nega a condição do próprio evoluir de todo processo cultural, assim como o fato de que nenhuma porção territorial pode ser isolada do contexto espacial ali manifesto.

Não seria o caso de defender esse isolamento, mas a possibilidade de garantir meios melhores de sobrevivência econômica, social e cultural para esses grupos e permitir a produção de novos sentidos territoriais a partir de seus referenciais culturais próprios, ao invés de isolá-los em um padrão territorial marginal, que reforça ainda mais suas precárias condições. Ou seja, evitar a igualação no não igual, assim como não permitir reforçar a marginalização do diferente.

Nessa direção, entendemos que a abordagem da questão deve passar a priorizar o sentido de identidade a partir dos elementos territoriais, não ficando circunscritos ao parâmetro cultural em si.

As formas mais usuais de abordar o sentido de território partem de uma relação em que o território é um objeto só passível de entendimento enquanto conceito definido intelectualmente por um sujeito pensante. Isso significa que território passa a ser resultado de uma ideia transcendental e rigorosamente delimitada pelo pensamento racionalizante<sup>5</sup> em si, o qual, como resultado da separação do sujeito pensante em



relação ao objeto pensado, não consegue estabelecer o sentido de interação entre a vida pensada com o pensamento em vida.

Deleuze e Guattari (1992, p. 113) desenvolvem o entendimento do pensamento como a capacidade humana de produzir conceitos filosóficos, afetos sensíveis artísticos e proposições científicas, portanto, relacionando filosofia, arte e ciência como planos que dialogam, mas não se perdem em suas características e linguagens próprias, capazes de estipularem os sentidos do mundo enquanto acontecimento humano. Para isso, pontuam que as formas desse pensar acontecer não pode se pautar na tradição metafísica de separar o sujeito pensante do objeto pensado.

O sujeito e o objeto oferecem uma má aproximação do pensamento. Pensar não é nem um fio estendido entre um sujeito e um objeto, nem uma revolução de um em torno do outro. Pensar se faz antes na relação entre território e a terra.<sup>6</sup>

Essa forma de entendimento do pensamento como uma expressão humana que não se restringe a dicotomia “sujeito/objeto”, mas sim pauta-se numa nova relação estabelecida entre “território/terra” se justifica pelo fato de não buscar parâmetros fixos e supostamente inquestionáveis revelados por uma verdade final e absoluta.

A justificativa para essa crença no pensamento único, a se desenvolver numa relação lógica de causa e efeito, numa sequência padronizada e passível de estabelecer a ordem futura, pois caminha de uma origem inferior para uma forma superior de viver/pensar, se prende à percepção do desenvolvimento uniforme do tempo histórico. O estudo da formação territorial não se contenta em fornecer uma matéria e lugares variáveis para a forma histórica.

Ela não é somente física e humana, mas mental, como a paisagem. Ela arranca a história do culto da necessidade, para fazer valer a irreduzibilidade da contingência. Ela arranca do culto das origens, para afirmar a potência de um ‘meio.’<sup>7</sup>



Nesse sentido, propõem-se que passemos a pensar a partir não mais da relação sujeito/objeto, a qual se consolida numa noção de tempo historicista que se ilude com a ideia de controle lógico do futuro, mas na noção regional da relação território/terra.

A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios.<sup>8</sup>

Pensar a partir da perspectiva histórica da relação território/terra não significa que se deixe de considerar a relação “eu/mundo”, ou “nós/outros”, mas de passar a entender o “nós” e os “outros” como seres que se significam mutuamente no contexto das relações territoriais, as quais expressam os sentidos vivenciais humanos na terra em que o existir se desterritorializa/reterritorializa.

### **Identidade territorial e suas ausências processuais**

A questão da identidade a partir de sua fundamentação territorial toma a esse conceito como acontecimento da vida enquanto terra, ou seja, a área por nós abordada expressa o conflito e a luta para poder dominar um determinado arranjo territorial, mas também expressa os diferentes ritmos temporais com que a construção dos sentidos de pertencimento aos lugares são elaborados/vivenciados, ou ainda, reorganizados. Tais possibilidades estabelecem aí formas de se olhar, vivenciar e produzir relações territoriais diferentes, conforme os referenciais tecnológicos, técnicos, políticos e culturais com que as partes em conflito delimitam suas perspectivas e imagens, elaborando, assim, formas diversas de reconhecerem os outros e a si próprios nesse processo.



Identificar o “outro” como elemento revelador do lugar do “eu” visa superar a dicotomização do sujeito/objeto, tão presente no pensamento ocidental. Compreender que a relação entre os seres humanos instaura o acontecimento dos significados existenciais, no próprio processo de territorialização do viver, significa que a relação entre “nós” e os “outros” se dá na elaboração da relação do homem numa outra estrutura “outrem”, na condição da terra/território capaz de possibilitar que a diferença seja o fundamental elemento propiciador dos sentidos de identidades em processo.

Portanto, não necessariamente existem identidades definidas e totalmente harmoniosas. A lógica do território que se pauta na realização do econômico provoca não só a destruição da identidade cultural indígena, mas a de qualquer cultura, estruturada de acordo com alguma territorialidade ancestral em comum. O contato entre culturas e valores é inerente ao processo atual de produção espacial em suas várias escalas de manifestação, do local ao mundial. Não é possível separar e isolar uma cultura da outra no mundo de hoje, assim como não se deve subsumi-la ao mesmo padrão cultural hegemônico e majoritariamente praticado globalmente.

É possível delinear a vivência diversa de diferentes ritmos temporais e dinâmicas territoriais num mesmo espaço, daí a necessidade de demarcação das terras, mas isso não significa que essas devam ser isoladas, até pelo fato disso ser impossível, nem que serão superadas por uma idealizada integração dos caingangues aos valores ocidentais. Independente dos envolvidos, a questão deve se voltar para que o sentido de território, assim como dos “outros” que ali vivem, não sendo tomado como algo transcendental ao ser humano, como um mero objeto de análise e manuseio por parte de um sujeito. A imanência do homem/mundo se dá no processo de realização terra/território, portanto, do encontro da diversidade do ser humano consigo mesmo no “outrem” em sua constante reterritorialização.



Diante disso, concluímos que o século XXI apresenta para a sociedade brasileira, assim como para o conjunto da América Latina, notadamente a partir dos conflitos entre identidade nacional, identidades regionais e as culturas indígenas, um quadro dinâmico em que ao mesmo tempo em que se solidifica o que é a identidade e sua relação com o território, assim como organiza novas perspectivas sobre o território e a permanência indígena, mesmo na ausência materializada no território. A pesquisa com ênfase em História Regional, neste caso, tem papel fundamental ao destacar essas novas práticas de resistência identitária e territorial, em que o outro efetivamente seja entendido e respeitado, cabendo aprimorar políticas articuladoras da diversidade cultural em prol de outro imaginário de nação/lugar, ou seja, territorializar instâncias políticas em que as relações entre “nós” e “outros” sejam efetivas.

## Notas

<sup>1</sup> Essa dualidade de leitura pode ser entendida historicamente a partir dos estudos de Abreu, 2001, quando este explica que os europeus, ao aqui chegarem, movidos pelos interesses econômicos, necessitavam crer em monstros e enfrentar índios selvagens e bestializados como forma de aumentar o valor dos produtos daqui comercializados.

<sup>2</sup> Estamos, obviamente, simplificando e generalizando os referenciais teóricos e os argumentos de um grande número de pesquisadores, assim como de instâncias e movimentos sociais e institucionais, que defendem a causa indígena.

<sup>3</sup> A partir daqui, em todos os momentos que empregarmos aspas nos termos pronominais “eu”, “nós” “outro”, “outros” e “outrem” será por entendê-los como conceitos orquestradores dos discursos identitários. Para mais detalhes sobre a relação entre o “nós” e o “outro” no choque de cultura entre os nativos americanos e os europeus ver de Tzvetan Todorov, 1996.



<sup>4</sup> Essa dificuldade de reconhecer que dentre “nós” encontram-se “outros”, exatamente por não conseguirmos identificar as profundas desigualdades sociais, é o que Haesbaert, 1999, aponta em seus estudos sobre identidade territorial brasileira.

<sup>5</sup> Nesta conjuntura, Boaventura de Souza Santos, 2003, p. 64 salienta que é necessário “defender a igualdade sempre que a diferença gerar inferioridade, e defender a diferença sempre que a igualdade implicar descaracterização”.

<sup>6</sup> Apesar de Guattari e Deleuze, 1992, fazerem distinção entre conceitos filosóficos e históricos, adequaremos aqui o sentido filosófico de território aos parâmetros geográficos por entendermos que, no discurso desses dois pensadores, a filosofia proposta se aproxima da geografia na relação corpo/pensamento, imanente a interação terra/território, e aí acontece enquanto vida.

<sup>7</sup> Deleuze e Guattari, 1992, p. 125.

<sup>8</sup> O conceito de “outrem”, desenvolvido por Deleuze, apresenta nuances diferentes ao longo de seus textos, mas aqui optaremos pela forma com que abordou o mesmo em “Lógica do Sentido”, 2007.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Mirhiane M. O Índio Brasileiro e a Concepção Romântica da Natureza. In: ARRUDA, Gilmar; VELÁZQUEZ, David T.; ZUPPA, Graciela (orgs.). *Natureza na América Latina: apropriações e representações*. Londrina: UEL, 2001, p. 49 – 64.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, 112 p.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, 232 p.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *O que é Filosofia?* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, 288 p.



HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 1999, p. 169-189.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, 102 p.

OLIVEIRA, João P. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: OLIVEIRA, J. P (org). *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999. p. 99-123.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, 440 p.

SANTOS, Boaventura de Souza (org). *Reconhecer para libertar*. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 616 p.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América*. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 387 p.